

# | 531 | OS EFEITOS DE GRANDES PROJETOS NA PRÉ-AMAZÔNIA MARANHENSE: UMA REFLEXÃO ATRAVÉS DA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA

*Jailson de Macedo Sousa*

## **Resumo**

As idéias expostas neste artigo são frutos das reflexões produzidas através da dissertação de mestrado defendida e aprovada em dezembro de 2005 no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG. Buscamos fazer algumas alterações no texto original em função da necessidade de aprofundamento do debate em torno da questão da modernização assistida pelo Brasil nesta contemporaneidade, sobretudo, em função do caráter modernizador notado na Amazônia brasileira no que diz respeito aos projetos de colonização. Trata-se de uma revisão de cunho bibliográfico sobre os efeitos dos projetos de colonização difundidos no Maranhão a partir de 1950. Para apreender a essência destes projetos e suas implicações na organização do espaço maranhense nossa tarefa inicial buscou entendê-los como partes integrantes do processo recente de ocupação da fronteira amazônica. Este processo apresenta algumas singularidades, dentre as quais é importante situar os significados adquiridos pela ocupação da fronteira na atualidade. O ideário da integração nacional serviu como instrumento de racionalização da ocupação do espaço amazônico e os projetos de colonização emergiram como elementos essenciais nesse trajeto. Nesse sentido, interessa refletir e discutir os efeitos e significados destes projetos no processo recente de apropriação das terras na Pré-Amazônia maranhense, bem como os conflitos desencadeados.

**Palavras-chave:** Modernização. Fronteira. Pré-Amazônia maranhense. Projetos de colonização.

## **1. Palavras Iniciais**

A proposta deste artigo repousa nas possibilidades de se fazer uma leitura e interpretação acerca dos efeitos socioespaciais dos projetos de colonização na Pré-Amazônia maranhense. Para desenvolver estas idéias nos pautamos inicialmente numa reflexão sobre alguns significados expressos através da categoria moderno/modernidade. Associada a esta discussão ressalta-se também a necessidade de compreender o processo de modernização manifestado no Brasil, e de modo especial na região Amazônica que tem decorrido fundamentalmente das formas de organização desta sociedade dita moderna. Esta mediação tem se realizado através das contribuições teóricas e empíricas fornecidas pelas ciências sociais, através do diálogo estabelecido entre a Sociologia e a Geografia.

Diante do reconhecimento das características do moderno e da modernidade nossa tarefa seguinte se fundamentou na discussão dos efeitos dos projetos de colonização

na Pré-Amazônia maranhense que por nós são entendidos como um traço peculiar da modernidade “incompleta e anômala” vivenciada no país a partir de 1950.

Os projetos de colonização foram concebidos como elementos fundamentais no processo de integração espacial da nação e de sua inserção no contexto do capitalismo global. Os efeitos destes projetos revelam seu caráter ambivalente, demonstrando as contradições materializadas no território brasileiro, através de uma minoria de agentes sociais detentora da modernização e de uma grande maioria de despossuídos.

## **2. O moderno e suas ambivalências na recente leitura do território brasileiro**

A modernidade, como todas as outras quase-totalidades que queremos retirar do fluxo contínuo do ser, torna-se esquiva: descobrimos que o seu conceito é carregado de ambigüidade, ao passo que seu referente é opaco no miolo e puído nas beiradas. (BAUMAN, 1999).

Na tradição dos estudos geográficos contemporâneos, ou seja, àqueles realizados a partir da segunda metade do século XX de um lado tem predominado discursos e práticas que adjetivam a perspectiva materialista do território. Esta interpretação tem incorporado o moderno e a modernização como seus traços característicos. Antes de discutir o significado da modernidade no país, ou seja, desta modernização no território brasileiro é interessante compreender o sentido conceitual da noção de moderno ou modernidade através das contribuições fornecidas pelas ciências sociais. Segundo Giddens (1991)

[...] Modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVI e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e localização geográfica inicial, mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta. (GIDDENS, 1991, p. 11).

A idéia de um mundo moderno, caracterizado por intensas e sucessivas transformações nos campos: econômico, político, demográfico, natural e cultural passou a sinalizar para um novo modelo de sociedade erigida no início do século XVI. Trata-se de uma sociedade que se edifica a partir dos pressupostos racionalistas. Cássio Eduardo Hissa (2002) nessa direção afirma

O moderno e a modernidade têm como referência a revolução científica, considerada atualmente como marco do início da modernidade. Sublinha-se a presença de Galileu, Copérnico e Newton. A Idade Moderna é cenário e produto do estabelecimento da ciência moderna. A revolução científica muda ‘a imagem do mundo, muda a imagem do homem’. [...] Toma-se a modernidade como o tempo das luzes: origens ou marcos pós-medievais; tempo das explorações intercontinentais, da ampliação do conhecimento dos territórios, dos povos e das descobertas; tempo da divisão de tarefas, da ampliação da produtividade e da produção; tempo histórico da expectativa de progresso estendido a todos. (HISSA, 2002, p. 53-62).

No que diz respeito à produção científica o moderno e a modernidade em sua essência se constroem através da crença permanente do progresso. Progresso que se confirma através da superioridade conduzida pelo espírito racionalista. As ciências de modo geral ocupam lugar de relevo nesse contexto. É através das aventuras produzidas pelo conhecimento científico que esse espírito racionalista se afirma. Para Alain Touraine (1997)

A idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, é a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal. É a razão que anima a ciência e suas aplicações; é ela também que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas; é ela, finalmente, que substitui a arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado. [...] A modernidade não é mais pura mudança, sucessão de acontecimentos; ela é a difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa. A idéia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada. (TOURAINÉ, 1997, p. 9-25).

Ao considerar as distintas dimensões que envolvem a sociedade moderna, ou seja, aquela referenciada a partir dos pressupostos orientados pelo Renascimento e Iluminismo entende-se que é através do conhecimento científico que esta sociedade se afirma. A ciência moderna expressa sem dúvidas o divisor de águas, ou seja, trata-se de uma nova forma de ler o mundo a partir do século XVI. A apreensão do mundo ganha sentido por meio do exercício do conhecimento ordenado e racional.

No entanto, é importante considerar que durante mais de quatro séculos de construção deste pensamento moderno suas bases foram sendo construídas em terrenos movediços, ou seja, a ambivalência e as contradições se transformaram na razão de ser e na própria existência do pensamento moderno.

A ciência e as demais dimensões que envolvem a organização da sociedade moderna se edificaram no plano destas contradições. No contexto científico, por exemplo, a idéia de ordem, disciplina e rigor metodológico se impôs com grande intensidade. Resultou desse processo a construção de conhecimentos científicos fragmentários e parcelares, ou seja, o conhecimento foi produzido conforme os interesses de cada área do saber científico.

Segundo Hissa (2002, p. 210) “A especialização do trabalho científico emerge como um produto do desenvolvimento do saber moderno”. A especialização e fragmentação do conhecimento passaram a ser entendidos como traços marcantes da ciência moderna, sendo transferidos também para os outros campos sociais. É interessante considerar nesse contexto sua transmutação para o campo econômico. A consolidação do capitalismo na transição do

século XIX para o século XX expressa de forma contundente os traços singulares destas mudanças. A este respeito afirma Boaventura Santos (2008)

[...] A radicalidade do capitalismo residia em que ele, longe de ser apenas um novo modo de produção, era a manifestação epocal de um novo e mais amplo processo civilizatório, a modernidade, e como tal, significava a mudança societal global, uma mudança paradigmática. [...] Porém, nos dias atuais, nos encontramos numa fase de transição paradigmática, entre o paradigma da modernidade, cujos sinais de crise me parecem evidentes, e um novo paradigma com um perfil vagamente descortinável, ainda sem nome e cuja ausência de nome se designa por pós-modernidade. Essa transição é, sobretudo, evidente no domínio epistemológico: por debaixo de um brilho aparente, a ciência moderna, que o projeto da modernidade considerou ser a solução privilegiada para a progressiva e global racionalização da vida social e individual, tem-se vindo a converter, ela própria, num problema sem solução, gerador de recorrentes irracionalidades. (SANTOS, 2008, p. 34).

Não restam dúvidas de que a ciência moderna tenha demonstrado sinais de cansaço e esteja envolta de crises sucessivas. Estas crises implicaram de certa forma numa desordem ou caos que também se reflete nos distintos campos que envolvem a organização da sociedade contemporânea. Se por um lado é possível reconhecer os sinais da crise no campo científico. Por outro, é interessante ainda compreendê-los nos outros campos que envolvem a sociedade atual. Esta reflexão deve passar pela compreensão do modo de organização desta sociedade e o caráter modernizador impresso no território brasileiro, através dos seus distintos projetos de modernização. Nessa direção Santos (2002) pondera:

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. [...] O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira. (SANTOS, 2002, p. 20-21).

Os sistemas de engenharia que Milton Santos (2001) faz referência são elementos fundamentais no recente mosaico que passa a conformar o território brasileiro. Este novo mosaico apresenta é marcado pelo caráter da modernização.

O discurso da modernização do território tem se revelado como uma das faces predominantes no atual ordenamento territorial no Brasil. É inegável reconhecer nas ciências sociais a importância desta visão que tem sido conduzida através das contribuições materialistas. Porém, é importante considerar que esta leitura é incompleta e fragmentária.

Ela é reveladora apenas de uma das faces da modernização brasileira. Do outro lado, é preciso colocar também todos aqueles que são despossuídos desta modernidade.

Importa considerar também o caráter ambivalente que envolve esta modernidade que é também compreendida como incompleta. No dizer de Martins (2008),

[...] A modernidade não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria da globalização, dos que têm fome e sede e não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. (MARTINS, 2008, p. 19).

Pode-se constatar que a modernidade vivenciada no território brasileiro através dos sistemas de engenharias que se difundem nas distintas regiões do país revela também o seu sentido antagônico. Este fato se deve em razão desta modernidade ser incompleta, ou seja, ela não alcança a sociedade brasileira como um todo. Para uma grande maioria a modernidade e os projetos de modernização não passam elementos alegóricos.

Diante das contribuições fornecidas pelas ciências sociais para a compreensão do significado das categorias: modernidade/modernização – a tarefa seguinte pautou-se nas possibilidades de interpretar os efeitos dos projetos de colonização na Pré-Amazônia maranhense. Procurou-se assim articular o sentido de modernidade/modernização às ações práticas sociais difundidas no campo, através dos projetos de colonização.

Os projetos de colonização se apresentam como uma das faces desta modernização. Este fato tem exigido dos estudiosos uma leitura ampla de modo a contemplar a totalidade dos fenômenos contraditórios que envolvem a sociedade. Esta leitura envolve universos e sujeitos sociais distintos, por isso apresenta interesses divergentes. O desafio maior nesta reflexão busca entender que sujeitos sociais são responsáveis pela “modernização incompleta” do país e de que maneira as ações destes sujeitos se projetam na Pré-Amazônia maranhense por meio dos projetos de colonização.

### **3. Os projetos de colonização da/na Amazônia: uma face da modernização incompleta no território brasileiro?**

[...] Temos que olhar novamente para a natureza da própria modernidade a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrangida, até agora, pelas ciências sociais. Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. (GIDDENS, 1991).

Os projetos de colonização emergiram com bastante vigor na Amazônia a partir de 1950 como um dos instrumentos da política de desenvolvimento regional pautada na integração espacial do país e em sua modernização. A região passou a figurar nesse cenário como lócus privilegiado para a atuação e reprodução do capital. A Amazônia que até a primeira metade do século XX era compreendida como uma barreira à ocupação humana modificou sua percepção no cenário nacional e internacional. A este respeito Becker (1982)

Modifica-se a percepção da Amazônia, que assume posição-chave frente às prioridades políticas e econômicas de ordem interna e externa. [...] Pelo seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a região é capaz de atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvimento, tais como capital, tecnologia, população – tanto de centros nacionais como de centros mundiais, tornando-se um verdadeiro campo de atração de forças externas. (BECKER, 1982, p. 63-64).

A valorização da região é calcada no imperativo dos discursos modernizadores que se difundem por todo o território brasileiro, ressaltando a necessidade de uma integração espacial e de um projeto de unificação da nação. A Amazônia adquire aí papel de relevo. O ideário da modernização do território passa a ser incorporado como um traço singular da região. A sua integração ao centro produtivo nacional possibilita conforme os “discursos oficiais” uma oportunidade para vencer os obstáculos que historicamente conduziram o seu atraso regional em relação às demais regiões do país. O moderno e a modernização se revestem de interesses políticos e econômicos que vislumbram a região como “fronteira de recursos” ou ainda como “fronteira econômica” para onde devem ser direcionados não apenas capitais, mas também, populações. Trata-se da urgente e necessária expansão da fronteira, através de distintas frentes, sejam elas agrícolas ou mesmo urbanas.

Esta imagem que tem se construído da Amazônia enquanto lócus de novas oportunidades tem exigido uma reflexão ampla afim de questionar o caráter modernizador que lhe é imposto. É preciso indagar os reais interesses desta modernização e os agentes que a conduzem. Antes de refletir sobre os efeitos destes projetos modernizadores na Amazônia brasileira interessa compreender os significados desta modernização.

A idéia de modernidade ou modernização aqui empregada tem seu sentido explicativo vinculado às contribuições edificadas no contexto da própria dinâmica social contemporânea. Para Martins (2008),

A modernidade, enquanto moda e momento é também a permanência do transitório e da incerteza, a angústia cotidiana da incerteza em face do progresso linear e supostamente infinito: a vida finita posta em face da realidade social, do futuro, supostamente sem fim. A modernidade não está apenas nem principalmente na coleção dos signos do moderno que atravessam de diferentes modos a vida de todos

nós. Modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual. (MARTINS, 2008, p. 18).

A compreensão do sentido do moderno/modernidade do/no território brasileiro se edifica num momento recente, ou seja, a partir da segunda metade do século XX quando a lógica do “atraso” é sobreposta pela racionalidade modernizadora. No caso específico da Geografia, essa modernização implica necessariamente numa modernização do território que apresenta características peculiares a partir de 1950. Para Milton Santos (2001),

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de *meio técnico-científico*, isto é, o momento histórico no qual a construção e reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas. [...] A partir, sobretudo, do fim da Segunda Guerra Mundial, generaliza-se esta tendência. Desse modo, as remodelações que se impõe, tanto no meio rural quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados: ciência, tecnologia e informações. (SANTOS, 2002, p. 132-133).

Os avanços científicos e a difusão do meio técnico e informacional se revelam como elementos concretos no contexto da nova realidade territorial do país. É importante questionar o sentido dessa ambivalência. Discutiremos assim essa produção contraditória através dos efeitos dos projetos de colonização que se difundem pelo território brasileiro a partir de 1950. Nossa análise se centra particularmente na Pré-Amazônia maranhense.

O ideário da integração nacional associado à implantação dos pólos de desenvolvimento regional vislumbrou a região amazônica como lócus privilegiado para a disseminação e reprodução ampliada do capital. Os reflexos deste processo de ocupação são visíveis e retratam a versão atualizada da ocupação das terras maranhenses.

Emergem desse processo a expropriação e a violência praticadas contra as populações tradicionais. Estes elementos materializam o sentido da modernidade incompleta que se nota na região Amazônica, sendo também um traço característico na recente das terras na Pré-Amazônia maranhense. Para compreender melhor esta questão apontamos algumas das características dos projetos de colonização nesta região.

#### **4. Traços singulares dos projetos de colonização na Pré-Amazônia Maranhense**

A colonização difundida na Amazônia brasileira apresentou características distintas, sendo destacados os projetos de colonização dirigidos, planejados e espontâneos. Miranda (1990, p. 33) ao estudar o processo recente de colonização na fronteira amazônica difundido a partir de 1950 reconhece duas categorias “representando aspectos de uma

mesma política governamental expresso através do acesso às terras via colonização oficial, executados pelos Governos e os projetos de colonização de iniciativa privada”.

A colonização dirigida tem se caracterizado pelas intervenções conjuntas, do estado e do capital no processo de apropriação das terras. A colonização espontânea, por seu turno, é também coordenada pelos órgãos oficiais, ou seja, pelo governo no âmbito das esferas estadual e federal. A colonização planejada segundo Arcangeli (1987, p. 14), “contaria com uma planificação oficial na escolha das áreas, na seleção dos grupos e em suas atividades econômicas”. Estes projetos obedeceram às regras impostas pelo ideário da integração nacional. Obedecendo esta lógica de ocupação territorial, o governo federal se ocupou em instituir no início da década de 1970 o Programa de Integração Nacional - PIN.

As políticas dispostas no âmbito do Programa de Integração Nacional - PIN objetivaram promover a integração do espaço nacional interligando as áreas deprimidas do país, ou seja, o nordeste e norte ao Centro-Sul do Brasil. Ao considerar esta perspectiva de ocupação, o governo criou em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária com o objetivo de executar a distribuição controlada das terras. Becker (1982), nessa direção, enfatiza algumas intervenções no âmbito do Programa de Integração Nacional:

Concebido em função das duas regiões-problemas, o programa prevê na sua primeira etapa (1971-74) a construção de grandes rodovias na Amazônia, acompanhadas de planos de colonização em faixas de 10 Km às suas margens, bem como vasto plano de irrigação para o Nordeste. (BECKER, 1982, p. 29).

Cumprir ressaltar nesse trajeto a construção dos grandes eixos rodoviários transversais, como é o caso da Transamazônica e os eixos intra-regionais como a Cuiabá-Santarém. Interessa destacar também o papel desenvolvido pela rodovia Belém-Brasília, entendida como principal artéria de ligação à região aqui estudada.

O programa de integração nacional concebeu os projetos de colonização, a implantação das redes rodoviárias e os fluxos migratórios induzidos para esta região, como elementos integrantes de uma mesma dinâmica. Captar a essência e as imbricações entre estes elementos implica numa tentativa de compreensão do significado das estratégias contemporâneas de ocupação da região em questão neste estudo.

Para Becker (1997)

O Estado cria condições para apropriação privada de terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização. A partir de 1960, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária vinculada a firmas nacionais e multinacionais. O Estado desenvolve também programas de distribuição

de terras em locais estratégicos, de modo a atender os interesses dos grupos sociais diversos e a cooptar massas de população rural. (BECKER, 1997, p. 22).

O Estado se encarregou em coordenar a ocupação das terras na Amazônia brasileira com o aval do capital monopolista, cujo objetivo foi assegurar lucros vultuosos através da apropriação desmedida dos seus recursos. Um exemplo destas ações diz respeito à colonização dirigida que se apoiou no caráter público e privado de apropriação das terras. Para Miranda (1990, p. 33), “A colonização tal como aparece configurada não apresenta um padrão uniforme, estando implantada em espaços selecionados, onde os projetos diferem com relação à área ocupada e a natureza da iniciativa”.

Os projetos de colonização implantados na Amazônia sob a coordenação do Estado apresentaram duplo caráter: os de iniciativa governamental se localizaram, de forma dispersa na Amazônia Oriental; Os de natureza particular na Amazônia Ocidental. Para Miranda (1990, p. 34), “Os projetos oficiais de colonização ocuparam 7.104.285,3 ha, representando 73,5% da terra apropriada para essa finalidade, enquanto os particulares apropriaram 2.572.485,5 ha representando 26,6%.” Estes projetos tiveram papel fundamental no processo de ocupação recente da chamada Pré-Amazônia maranhense e apresentaram intervenções significativas no processo de reorganização do espaço maranhense.

A distribuição de terras sob o controle do Estado, através dos projetos de colonização estimulou os fluxos migratórios, contribuindo assim para a formação de um mercado de trabalho regional. Este, por seu turno, desencadeou uma ocupação desordenada nas cidades amazônicas e também no campo. Estes elementos são também entendidos como motivadores de uma série de conflitos, pela posse da terra na região, assim como pela acelerada urbanização que vem se processando na região amazônica como um todo.

Este modelo de colonização na fronteira amazônica tem privilegiado os interesses dos grandes latifundiários em detrimento dos pequenos produtores ou lavradores. Exemplos destas ações podem ser observados, inicialmente, no noroeste do Maranhão, região integrante da Pré-Amazônia maranhense, através da implantação do projeto de colonização do Alto Turi. É importante nessa direção reconhecer as características e singularidades que passam a identificar a ocupação das terras nesta porção do território maranhense.

## **5. O Projeto de colonização no Alto Turi: uma experiência pioneira da modernização incompleta na Pré-Amazônia Maranhense**

A ocupação pioneira de áreas no noroeste do Estado do Maranhão é justificada em razão da necessidade de expansão da fronteira agrícola nas regiões nordeste e norte do país. Como lembra Arcangeli (1987)

As origens do PCAT - Projeto de Colonização do Alto Turi podem ser encontradas no estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN no fim de 1950. Postulava em linhas gerais a necessidade de deslocamento da fronteira agrícola pela incorporação à economia regional das terras úmidas do Sul da Bahia e do Maranhão. (ARCANGELI, 1987, p. 168).

Heitor Lima Júnior (1987) ao observar a implantação do projeto de colonização na região do Alto Turi - PCAT (Figura 1) o destaca como uma experiência pioneira no contexto da colonização atual da Pré-Amazônia maranhense.

Esta região maranhense, como a Amazônia em geral, é um grande atrativo à reprodução do capital, podendo ser considerada uma fronteira agrícola, já que é um espaço para investimento no setor urbano-industrial. Para ela não são atraídas somente populações, porém atividades que a inovam em ritmo crescente, com o apoio das forças de incentivo público, determinando sempre mais a expansão da fronteira. O objetivo prioritário do projeto é absorver a população como produtora de mercadorias para o abastecimento do mercado urbano-industrial, configurando assim, sua submissão ao capital. (LIMA JÚNIOR, 1987, p. 53-54).

Observa-se assim que o noroeste do Maranhão emergiu como uma das áreas prioritárias da Amazônia Oriental para a difusão dos projetos de colonização, sendo entendido também como área privilegiada para a reprodução ampliada do capital. Este fato é revelador do caráter contraditório na recente apropriação das terras maranhense. A expropriação e a violência emergem nesse trajeto como elementos singulares desta dinâmica.

Para Arcangeli (1987, p. 68), "O Projeto de Colonização no Alto Turi - PCAT corresponde a uma área de 939.000 hectares, situada a noroeste do Estado do Maranhão." As origens do PCAT estão vinculadas aos objetivos propostos pela Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste elaboradas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN. No bojo destas políticas, segundo Arcangeli (1987, p. 168-69), se manifestou a necessidade dos "deslocamentos da fronteira agrícola pela incorporação à economia regional das terras úmidas do Sul da Bahia e Maranhão".

O Oeste do Maranhão por apresentar características naturais e sociais análogas à região amazônica e por ser parte integrante da Amazônia Oriental teve papel prioritário nesse processo de apropriação das terras através dos projetos de colonização.

O Alto Turi constitui uma região pioneira que apresenta como traço singular o fato de ser uma área de fronteira agrícola. Ela envolve diretamente seis (06) municípios. São

eles: Araguañã, Governador Newton Belo, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médice, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca. Ressaltamos a seguir alguns dados para melhor caracterizar a região de instalação destes projetos de colonização, ou seja, a região do Alto Turi.

Os recursos naturais existentes nesta região de fronteira deveriam ter um aproveitamento racional. As vastas terras situadas na Pré-Amazônia maranhense passaram a ser objeto de cobiça das grandes empresas agropecuárias e do capital especulativo nacional e internacional. Interessou nesse processo a incorporação destas terras devolutas. Segundo Asselin (1982, p. 23), este processo de apropriação se pautou na “incorporação das terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista que se tornou uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo, a partir de 1960”.

**Quadro 1: Caracterização socioeconômica dos municípios da região do Alto Turi**

Região / Município	Área (Km²)	População 2007			Densidade demográfica (hab/km²)	PIB 2005 R\$ milhões	IDH 2000	IDEB 2007	
		Urbana	Rural	Total				Anos Iniciais	Anos Finais
ALTO TURI	8.185,8	62.243	46.841	109.084	13,3	296,2	0,570	3,2	2,9
Araguañã	804,4	4.586	5.332	9.918	12,3	22,8	0,548	3,0	3,0
Governador Newton Belo	1.160,9	3.779	7.567	11.346	9,8	29,1	0,494	2,8	2,9
Nova Olinda do Maranhão	2.464,1	10.955	6.166	17.121	6,9	46,7	0,596	3,2	3,0
Presidente Médici	437,7	3.953	2.105	6.058	13,8	14,6	0,575	3,8	3,0
Santa Luzia do Paruá	904,9	11.408	8.225	19.633	21,7	71,9	0,616	3,1	2,7
Zé Doca	2.413,8	27.562	17.446	45.008	18,6	111,1	0,590	3,3	3,0

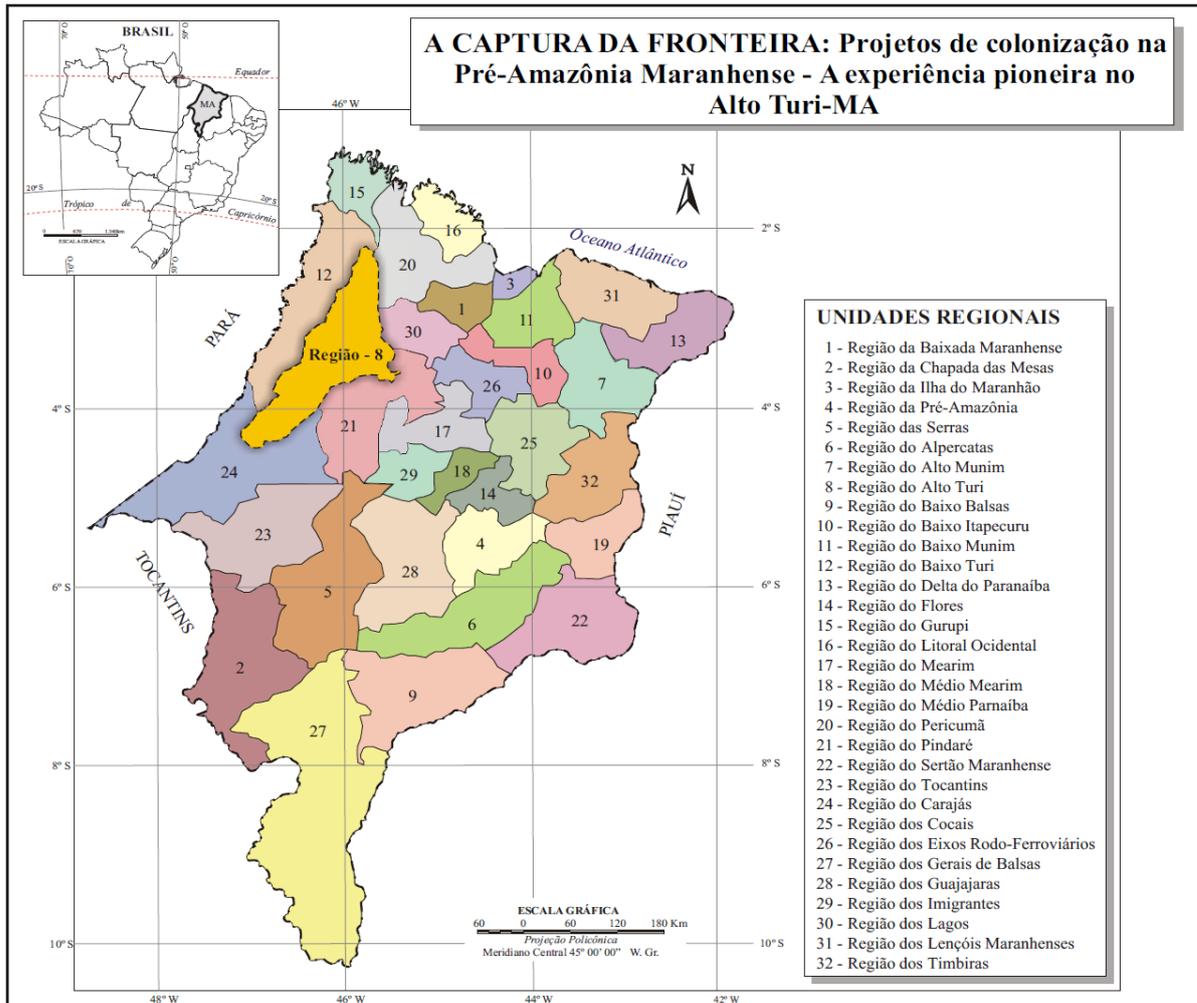
Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2008).

Segundo Arcangeli (1987, p. 170), “é a partir de 1967 que se inicia o planejamento físico e territorial do processo de colonização dirigida no Alto Turi, com a demarcação dos núcleos circulares, cada um composto de cinquenta lotes com cinquenta hectares”.

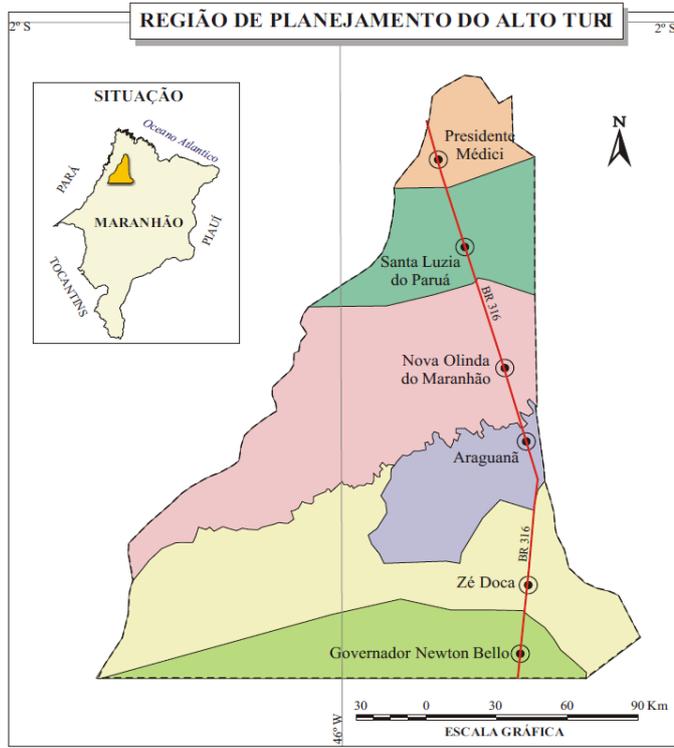
Até 1972, cerca de 875 famílias se instalaram noroeste do Maranhão, próximo ao município de Zé Doca que se localiza na microrregião de Pindaré O referido município apresenta segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE população de 50.160 habitantes, sendo que 30.856 se concentram na área urbana e 19.304 habitantes na área rural. (IBGE, 2010).

As atividades econômicas desenvolvidas na região se fundamentaram quase que exclusivamente na produção de arroz. Na grande maioria dos lotes, este produto foi destinado à subsistência das famílias.

## A CAPTURA DA FRONTEIRA: Projetos de colonização na Pré-Amazônia Maranhense - A experiência pioneira no Alto Turi-MA



### REGIÃO DE PLANEJAMENTO DO ALTO TURI



**Fonte:**  
Governo do Estado do Maranhão (2007), IBGE (2001), Mapa Rodoviário (2006), Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográficos, Comitê Gestor da Descentralização Administrativa e Desenvolvimento Regional, p. 04 e 12.

**Organização:**  
Jailson de Macedo Sousa (2010).

**Cartografia Digital:**  
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Os órgãos federais, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE passaram a atuar de forma visível na região nos primeiros anos de funcionamento do projeto. Além de distribuir os lotes, primou-se também pelo planejamento estratégico das áreas onde buscou-se instalar escolas, foi construído também um hospital de emergência de pequeno porte, abriram-se as primeiras estradas vicinais entre os núcleos urbanos e ampliou-se os serviços de extensão rural, instaurando a Cooperativa Mista do Alto Turi – COMALTA.

Estas ações se manifestaram paralelamente às facilidades concedidas para as empresas agropecuárias instaladas na região. A colonização efetuada na região apresentou duplo caráter: ao mesmo tempo em que atraiu as populações pobres do nordeste, convocou, também, os empresários rurais do centro-sul do país.

As ações desenvolvidas pelo PCAT só tiveram participação efetiva do governo, através da SUDENE nos primeiros anos de desenvolvimento do projeto. Este fato colocou-se como uma das grandes dificuldades para o desenvolvimento do PCAT. Almeida (1995, p. 261) nessa direção ressalta “[...] Os problemas são atribuídos ao imperfeito conhecimento das condições da área, à natureza pioneira do empreendimento, à política de controle da inflação, motivada pelo corte de recursos e a deficiência de capacitação das populações migrantes”. Associados a este obstáculos é importante considerar os empecilhos de natureza do comando político do próprio estado. Mesmo com as intervenções da Companhia de Colonização do Nordeste – COLONE - subsidiária da SUDENE, os problemas ocasionados com a ocupação espontânea nas terras no Ato Turi se intensificaram.

O atraso no processo de regularização fundiária, associado às ocupações espontâneas explicita em certa medida os insucessos gerados na implantação e funcionamento do PCAT. Em relação a estes entraves encontrados Heitor Lima Júnior (1987) enfatiza

O PCAT deparou-se com problemas decorrentes da ocupação espontânea, ligados à grilagem de terras e cujas posses apresentaram sérios questionamentos em termos de legalidade, além de consumirem grandes áreas que deveriam estar sendo utilizadas para assentamento dirigido do pequeno produtor. (LIMA JÚNIOR, 1987, p. 212).

Estes empecilhos mencionados por Heitor Lima Júnior (1987) são corroborados pela ausência da atuação governamental nos processos de gestão deste projeto de colonização. As ações relacionadas à colonização coordenada e gerenciada pelo governo (federal e estadual) demonstrou sinais de cansaço.

Pôde-se perceber assim a transferência das responsabilidades no âmbito desta gestão. O governo as remeteu ao capital especulativo representado pelos grandes

proprietários de terras. Decorreram destes processos graves conflitos pela posse da terra. As conseqüências desta ocupação das terras têm explicitado a versão eficaz da colonização, cujos efeitos são, principalmente, a expropriação e a violência. O Estado e capital são entendidos como os agentes responsáveis por esta ocupação. Para Miranda (1990)

Pela política de colonização, dado o componente político-ideológico nela presente, o Estado detinha um instrumento de apropriação e distribuição controlada das terras, e de manipulação das populações rurais, veiculando a idéia de transformações sociais para o campo. (MIRANDA, 1990, p. 75).

O sentido ideológico na condução da política direcionada para a região do Alto Turi é explicado em função da expropriação e violência que se instalam na região como suas principais marcas. Entender os reflexos destes sinais implica em identificar e compreender o sentido da colonização recente manifestada na região do Alto Turi.

## **6. Expropriação e violência: sinais da modernização incompleta na Pré-Amazônia maranhense**

A distribuição das terras na Pré-Amazônia maranhense sob o controle do capital com o aval do Estado, estimulou e orientou os fluxos migratórios, promovendo a ocupação desordenada do espaço, gerando conflitos pela posse da terra. Tais conflitos são reveladores da violência manifestada no campo e, posteriormente, transferida para as cidades.

A colonização efetuada na pré-Amazônia maranhense apresenta várias conseqüências negativas. Assim sendo, cabe ressaltar: a expansão do latifúndio patrocinado pelo Estado no âmbito estadual e federal e a violência registrada como resultado destes processos expropriatórios. A incorporação destas terras no Maranhão foi legitimada pela Lei de Terras (N.º 2. 949) de 17 de junho de 1969, estabelecida pelo governador do Estado, José Sarney. Para Asselin (1982)

A Lei de Terras Sarney apresentou como objetivo central disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo o domínio público para o domínio privado. Seu propósito foi entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de fora, mediante a criação de sociedades anônimas. (ASSELIN, 1982, p. 29).

É o próprio governo em suas diferentes instâncias que promove a ocupação irregular de terras. O quadro que segue retrata uma versão parcial da ocupação das terras na Pré-Amazônia maranhense, ressaltando os imóveis rurais superiores a 10.000 hectares.

Os dados expostos no quadro anterior refletem uma visão parcial da ocupação das terras na Pré-Amazônia maranhense. Procuramos destacar os imóveis rurais

classificados como latifúndios por dimensão, ou seja, as áreas superiores a 10.000 hectares no período correspondente às décadas de 1960-1990. É nítida a presença de grandes empresas agropecuárias instaladas na região durante o período supracitado. Este aspecto reforça as facilidades na aquisição de terras da região por parte de grupos capitalistas.

**Quadro 2: Latifúndios por dimensão e imóveis rurais com área igual ou superior a 10.000 hectares no território maranhense (1992)**

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIO	CÓDIGO DO IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	ÁREA (Km <sup>2</sup> )
01	Açailândia	110.060.103.888	Colonizadora Império LTDA	Fazenda Estrela do Norte	50.278
02	Bom Jardim	106.020.014.184	Urbano Martins	Juracy	50.000
03	Carutapera	101.028.004.758	COLONE	Área III	448.00
04	Grajaú	111.023.019.933	José Bezerra R. Lopes	Fazenda Sibéria	67.760
05	Imperatriz	110.027.062.260	José Mendes Neto	Fazenda São José	159.720
06	Imperatriz	110.027.062.111	Pedro Trabbold Jr.	Fazenda Frades	50.820
07	Lago da Pedra	106.038.251.488	Petrônio de A. Pereira	Cunhas	87.530
08	Lago da Pedra	106.038.251.500	Petrônio de A. Pereira	Pedra Preta	108.000
09	Lago da Pedra	106.038.013.395	Benedito Lago	Aldeias	200.000
10	Presidente Vargas	109.053.001.090	João Gomes da Silva	Fazenda Bom Fim	65.334
11	Santa Luzia	106.070.020.710	Antonio Afonso de Freitas	Jurema Itapuema	84.000
12	Santa Luzia	106.070.020.508	Benedita de Freitas	Aracituba	83.320
13	Santa Luzia	106.070.020.290	Terezinha de J. C. Branco Nobre	Dacy	48.600
14	São Benedito do Rio Preto	109.061.001.376	Cidão S/A.	Gleba II a 12	171.000
<b>TOTAL</b>					<b>1.676.368</b>

Fonte: INCRA - Estado do Maranhão/ Dados referentes ao exercício de 1992.

As regiões de Imperatriz, Lago da Pedra e São Benedito do Rio Preto foram os alvos preferenciais desta ocupação. É possível perceber através desses dados que estas áreas são tidas como as que mais concentraram terras no período mencionado em todo o Estado. Para Almeida (1995, p. 258), as propriedades iguais ou superiores a 10.000 hectares ocupam no território maranhense uma “área total de 1.676.368 hectares e se concentram, sobretudo, na chamada Pré-Amazônia maranhense, ou seja, nos municípios de Santa Luzia, Lago da Pedra, Imperatriz, Açailândia, Bom Jardim e Grajaú”.

A concentração fundiária tem se difundido a partir do noroeste se expandindo também para o centro-sul do Estado do Maranhão. Revela-se desse modo às estreitas ligações das ações do capital com os interesses do Estado reafirmando assim o caráter ambivalente da modernização nesta apropriação das terras maranhenses.

O Estado é entendido nesse trajeto como o agente mediador dos conflitos fundiários e também é compreendido como facilitador atraindo a presença dos empresários rurais que passaram a se apropriar das terras na Pré-Amazônia maranhense.

Mesmo reconhecendo os limites diante dos dados expostos entendemos que eles foram de vital importância para este estudo, uma vez que foi possível compreender através deles a concentração fundiária estabelecida na ocupação recente da região de Imperatriz. Como consequência deste processo irregular de ocupação de terras no Maranhão, promovido através dos projetos de colonização, observa-se que os conflitos fundiários se intensificaram, provocando a violência praticada contra os pequenos proprietários de terras.

O Maranhão tem figurado neste cenário recente da colonização como palco de intensos e violentos conflitos pela posse da terra. Estes fatos justificam o caráter ambivalente dos projetos modernizadores difundidos na Pré-Amazônia maranhense. Segundo Martins (1993) os significados destes grandes projetos na Amazônia

[...] Contribuíram decisivamente para despertar o demônio da política, adormecido na alma dos humilhados e desvalidos da terra, que põe em questão mais do que esses projetos - põe em questão o direito de propriedade (como está formulado, em função dos interesses do grande capital rentista e especulativo) e as relações de poder, de que os grandes projetos são o produto corrosivo. (MARTINS, 1993, p. 82).

Observa-se assim a necessidade das ciências humanas questionarem o real interesse e os sentidos dos projetos modernizadores dirigidos para a região Amazônica como um todo e também o sentido ambivalente que move esta modernização. Os conflitos e mortes no campo são reflexos diretos desta modernização que além de incompleta é ainda dolorosa.

O registro de óbitos através dos conflitos agrários no Maranhão representa uma versão verossímil das truculências cometidas contra os trabalhadores rurais desta região. Entre 1960-1994 são reconhecidos mais de 274 assassinatos praticados contra os pequenos produtores rurais no Maranhão. Os dados apresentados devem ser compreendidos dentro de certa relatividade, uma vez que somente a partir de 1975 com a criação da Comissão Pastoral da Terra - CPT é que eles passaram a ser sistematizados com maior frequência.

A preocupação diante destas informações foi perceber as consequências, ou seja, os efeitos socioespaciais dos projetos de colonização na Pré-Amazônia maranhense. Apresentamos a seguir o quadro 2 que ressalta a violência no campo através dos conflitos agrários na Pré-Amazônia maranhense. Expropriação e a violência são evidenciadas por meio dos registros de óbitos nesses conflitos agrários no período de (1975-1994) e traduzem as marcas concretas da colonização dirigida empreendida nesta região.

**Quadro 3: Registro de mortes em conflitos agrários na Pré-amazônia maranhense**

Nº DE ORDEM	DATA	MUNICÍPIO	NOME	OBSERVAÇÕES
01	1975	João Lisboa	Não Informou	Trabalhador Rural assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no Centro do Zezinho
02	1975	João Lisboa	Não Informou	Trabalhador Rural assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no Centro do Zezinho
03	1975	João Lisboa	Não Informou	Trabalhador Rural assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no Centro do Zezinho
04	1975	João Lisboa	Não Informou	Trabalhador Rural assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no Centro do Zezinho
05	1975	João Lisboa	Não Informou	Trabalhador Rural assassinado no Centro do Zezinho
06	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros em São Pedro da Água Branca
07	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros em São Pedro da Água Branca
08	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros em São Pedro da Água Branca
09	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros em São Pedro da Água Branca
10	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros em São Pedro da Água Branca
11	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros em São Pedro da Água Branca
12	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros em São Pedro da Água Branca
13	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros em São Pedro da Água Branca
14	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no povoado de São Pedro da Água Branca
15	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no povoado de São Pedro da Água Branca
16	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no povoado de São Pedro da Água Branca
17	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros da Fazenda Alvorada
18	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros da Fazenda Alvorada
19	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros da Fazenda Alvorada
20	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros da Fazenda Alvorada
21	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros da Fazenda Alvorada
22	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros da Fazenda Alvorada
23	1975	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por pistoleiros da Fazenda Alvorada
24	1976	Imperatriz	Francisco Cirqueira	Posseiro assassinado por pistoleiros da Fazenda Jibóia, em Coquelândia
25	1977	Imperatriz	José de Souza	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no povoado Angical
26	1977	Imperatriz	Francisco Silva	Trabalhador Rural assassinado por grileiros na Fazenda Pindaré
27	1977	Imperatriz	Manoel Odinei	Posseiro assassinado por pistoleiros a mando de grileiros no povoado de São Pedro da Água Branca
28	1977	Açailândia	Valdir	Posseiro assassinado por grileiros na localidade Ladeira Vermelha
29	1978	Imperatriz	Enoc Pessoa	Trabalhador Rural assassinado por grileiros na Fazenda Pindaré
30	1978	Açailândia	Não Informou	Trabalhador Rural assassinado por grileiro
31	1980	Imperatriz	Não Informou	Posseiro assassinado por grileiros em São Pedro da Água Branca
32	1980	Imperatriz	José Martins de Souza	Posseiro assassinado por grileiros em São Pedro da Água Branca
33	1980	Buriticupu	José Machado	Gerente da Fazenda Cikel
34	1980	Imperatriz	Antonio P. de Oliveira	Trabalhador Rural assassinado na Fazenda Providência próximo ao povoado Itinga.

35	1982	Imperatriz	N.I	Trabalhador Rural assassinado em Primeiro Cocal
36	1984	Açailândia	Alcindo Vila Nova	Trabalhador Rural assassinado na localidade de Pequiá
37	1984	Açailândia	Pitanguá Nascimento	Posseiro assassinado por pistoleiro
38	1986	Imperatriz	Claudiomar Souza	Comerciante assassinado por pistoleiro
39	1986	Imperatriz	Pe. Josimo Tavares	Padre assassinado por pistoleiro
40	1986	Imperatriz	Agenor Rodrigues	Trabalhador Rural assassinado no povoado de Vila Nova dos Martírios

Fonte: Assassinatos no campo. Crime e impunidade (1975-1994)/ CPT: Relatórios da Comissão Pastoral da Terra. Conflitos de Terra, Vol. 6. Brasília, 1995. Dados organizados por: Jailson de Macedo Sousa (2005)

Os dados antes expostos explicitam as conseqüências da modernidade empreendida através dos projetos de colonização nas terras da Pré-Amazônia maranhense. A expropriação e a violência são os traços singulares do modelo recente de apropriação das terras pelo grande capital na região. Conforme pondera Martins (1993) essa dinâmica revela

Que não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mais de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se eles não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1993, p. 63).

Diante do exposto é possível compreender os reais significados dos projetos modernizadores desenvolvidos na Pré-Amazônia maranhense. No conjunto dos 274 assassinatos registrados pela comissão pastoral da terra entre 1964 a 1985, mais de 60 destes, o que corresponde a mais de 30% do total foram verificados nesta região. Assim, entende-se que esta região tem se apresentado como um dos alvos preferenciais no contexto dos projetos de colonização que foram direcionados para o território maranhense recentemente.

A Pré-Amazônia maranhense emergiu nesse cenário como palco privilegiado para a implantação destes projetos “modernizadores”. Tais projetos, como é o caso da recente colonização retrata em sua essência a busca pela legitimação dos interesses de grandes proprietários em detrimento dos interesses dos pequenos produtores que em sua grande maioria lavradores, revelando assim o caráter antagônico da modernização.

Os dados destacados são reveladores dos conflitos estabelecidos no cotidiano das populações afetadas pelos grandes proprietários na Pré-Amazônia maranhense. São conflitos que envolvem sociedades inteiras. Índios, negros e brancos que lutam para se afirmarem no espaço e buscam através destas lutas a legitimidade de seus direitos. Desse modo fica claro o sentido da modernidade que se imprime na realidade em destaque neste estudo.

## Considerações Finais

Pudemos notar neste ensaio que os projetos de colonização difundidos na Pré-Amazônia maranhense tem sido marcado pelo caráter contraditório onde os pequenos proprietários são alijados dos seus direitos. É o capital que impõe esta condição, uma vez que o lavrador é entendido como reserva de mão-de-obra, cuja função principal é a de assegurar a expansão e reprodução do capital na fronteira, através do seu trabalho.

Os projetos de colonização, estimulados pelo Estado com o aval do capital foram precursores da concentração fundiária e da violência registrada nas terras maranhenses. Estas ações têm favorecido as grandes propriedades, incitando os conflitos de terras e a violência no campo. Associada à concentração fundiária e à violência é importante destacar o papel das grilagens de terras. A grilagem aparece como valioso instrumento entre os que detêm o poder. Grilagem, expropriação e violência traduzem a versão atual da colonização difundida na Pré-Amazônia maranhense.

Assim, a fronteira agrícola se converte num espaço de conflitos, expressando uma estrutura fundiária concentrada e marcada pela presença da violência. O número de assassinatos apontados e a organização na distribuição das propriedades rurais revelam o modo desigual e violento destas ocupações de terras no Maranhão. Os projetos de colonização representam a versão eficaz deste processo. Eles revelam também os pactos firmados entre Estado e capital e suas ações em relação ao controle de posse e uso das terras.

A colonização não age sozinha. Para concretizar a expansão da fronteira agrícola o capital necessita dos fluxos migratórios que alimenta a formação de um mercado de trabalho regional. De um lado esses fluxos se sustentam por uma pequena parcela da elite agrária do centro-sul do país. Do outro, nota-se a presença significativa de populações pobres do norte e nordeste do país que encontraram na região possibilidades de sobrevivência.

No entanto, estas possibilidades, têm sido freadas diante dos conflitos e da violência praticados na região. Todos estes elementos são entendidos como responsáveis em grande medida pela dinâmica de ocupação onde se incluem os projetos de colonização que vem se processando desde 1960 na pré-Amazônia maranhense e que também tem sido responsável pelo caráter conflitivo que envolve a modernização incompleta difundida nesta região.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A guerra dos mapas**. 2ª edição. Belém: Seminário Consulta, 1995.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- BECKER, Bertha. K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Jorge Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982.
- \_\_\_\_\_. Fronteira e urbanização repensadas. In: Berta K. Becker, Maria Helena Miranda, Lia Osório Machado. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 1-15.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Assassinatos no campo**: Crime e impunidade (1975-1994). Relatórios da Comissão Pastoral da Terra. Conflitos de Terra, Vol. 6. Brasília, 1995.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- INCRA. Distribuição dos imóveis rurais no Estado do Maranhão. 1992.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
- MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. Hucitec: São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª. Edição. São Paulo: Contexto, 2008.
- MIRANDA, Mariana. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia. In: BECKER, Berta. et al. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1990. p. 47-62.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4 edição. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SOUSA, Jailson de M. **A cidade na região e a região na cidade**: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 4ª edição. Tradução Elia Ferreira Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.